

Plenário do TCU autoriza a privatização da Eletrobras

Em sessão de mais de quatro horas, o plenário do Tribunal de Contas da União (TCU) aprovou ontem, por sete votos a um, a continuidade do processo de privatização da Eletrobras. A companhia que atua nas áreas de geração e transmissão de energia deve ser a primeira grande estatal a ser vendida pelo governo Bolsonaro.

Para garantir apoio ao governo, o ministro de Minas e Energia, Adolfo Sachsida, fez ofensiva nos gabinetes de seis ministros do TCU para defender a venda da empresa nos últimos dias e sanar possíveis dúvidas existentes.

A operação prevê a oferta de ações por parte da União, que reduzirá sua participação na empresa de mais de 60% para cerca de 45%. Deverá movimentar R\$ 67 bilhões – dos quais, R\$ 25,3 bilhões vão entrar direto no caixa do Tesouro. O governo deixará de ser o acionista controlador.

Além disso, nenhum acionista terá poder de voto superior a 10% do total. Com a pulverização do capital da companhia, não haveria um único grupo dominante.

O julgamento de ontem foi a segunda e última etapa de análise no TCU, no qual foi avaliado o modelo de venda proposto, incluindo faixa de valor das ações a serem ofertadas na bolsa de valores. A primeira etapa já tinha sido aprovada em fevereiro. Nela, foi analisado e aprovado o bônus de outorga – após a privatização, a Eletrobras deverá pagar à União pela renovação dos contratos das 22 hidrelétricas da empresa.

O governo Bolsonaro espera concluir a desestatização ainda no primeiro semestre, para evitar a proximidade com o calendário eleitoral e com as férias no Hemisfério Norte. Segundo apurou o jornal Estadão, Sachsida disse a um ministro da Corte que a oferta das ações poderia ocorrer no próximo dia 25 de maio, com a liquidação prevista para 9 de junho, se o TCU desse o sinal verde para a operação.

O Congresso já tinha dado o aval em junho do ano passado. Agora, falta o cumprimento de trâmites na Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e na Securities and Exchange Commission (SEC), o xerife do mercado de capitais nos EUA, para que a oferta de ações seja lançada no mercado.

Ontem, dos oito ministros votantes, sete – Augusto Nardes, Bruno Dantas, Jorge Oliveira, Benjamin Zymler, Walton Alencar Rodrigues e Antônio Anastasia – acompanharam o relator, Aroldo Cedraz, que se posicionou de forma favorável à privatização. Cedraz disse que a iniciativa vai modernizar o setor elétrico, com benefícios para consumidores e usuários. O TCU é composto por nove ministros, mas a presidente do tribunal, Ana Arraes, só vota em caso de desempate.

Apenas Vital do Rêgo apresentou voto divergente. Em seu parecer, ele alegou que os dados da privatização e modelo têm uma série de inconsistências.

Durante o julgamento, Vital do Rêgo argumentou, por exemplo, que há ilegalidades sobre os cálculos do valor a ser pago pela Empresa Brasileira de Participações em Energia Nuclear e Binacional (ENBPar) para assumir a Itaipu Binacional. A estatal sucederá a Eletrobras no controle da usina após a privatização.

Mas, para isso, deverá pagar um “valor justo” pela aquisição, que foi fixado em R\$ 1,2 bilhão, que seria o resultado da atualização monetária dos US\$ 50 milhões referentes ao capital social original da Eletrobras na usina pelo lado brasileiro. “Não existe, no nosso ordenamento jurídico, essa forma de cálculo que chegou ao tal de R\$ 1,2 bilhão, pois a valoração de Itaipu foi realizada utilizando-se como referência a atualização do ‘capital social’ da empresa em vez do seu ‘fluxo de caixa operacional’, conforme define a legislação”, diz o voto.

Ele ressalta ainda que a avaliação da Eletronuclear, que também será mantida sob controle da União via ENBPar, foi realizada pelo método do fluxo de caixa operacional. Vital argumenta que, caso o mesmo critério fosse considerado para Itaipu, o valor econômico de 50% da parte brasileira seria superior.

O ministro propôs paralisar a análise da privatização até a conclusão da fiscalização dos procedimentos adotados pela estatal para provisionamento de recursos relacionados a demandas judiciais do empréstimo compulsório de energia. Contudo, não teve apoio no plenário.



Estatal atua nas áreas de geração e transmissão de energia

Para entender

A DESESTATIZAÇÃO

- A operação de privatização da Eletrobras não é no modelo clássico, onde a União vende toda a sua participação acionária, o controle do ativo ou concede direitos para a iniciativa privada
- Será realizada uma capitalização com emissão de ações até diluir a participação da União na empresa
- Após a reestruturação societária, a União continuará com controle sobre a Eletronuclear e Itaipu e com os programas setoriais, como o Procel e o Luz para Todos
- O voto será limitado a 10% para qualquer acionista, o que tornará a Eletrobras uma companhia sem controlador definido
- A Eletrobras é a maior empresa de geração de energia elétrica brasileira, com capacidade geradora equivalente a cerca de um terço do total da capacidade instalada do país

OS ARGUMENTOS

Pela desestatização

- O governo federal afirma que a Eletrobras poderá retomar sua capacidade de investimento se for capitalizada. A desestatização vai contribuir para a atração de novos recursos para a empresa, reforçando o caixa e recuperando a capacidade de investimento no longo prazo
- Com a Eletrobras capitalizada e desestatizada, a União não precisará fazer injeção de capital na companhia, abrindo espaço

para investimentos em áreas como saúde, segurança e educação

- A desestatização aumentará a eficiência da empresa e a companhia será capaz de investir mais
- O BNDES afirma que, sem a privatização da Eletrobras, existe a possibilidade de que a usina nuclear de Angra 3 não seja concluída e, conseqüentemente, fechada

Contra a desestatização

- Opositores avaliam que “desprezar o ativo financeiro”, que é a reserva de potência das hidrelétricas, é um problema. Com a privatização, o governo abriria mão do patrimônio financeiro que as hidrelétricas podem gerar ao longo dos 30 anos dos novos contratos de geração de energia, segundo ação do PT que tentava barrar o processo no TCU
- Manifesto do Conselho Regional de Economia (Corecon) do Rio de Janeiro, apoiado por dezenas de entidades regionais, lançado no mês passado, afirma que as tarifas de luz vão subir com a venda da estatal diante da mudança do regime de concessões de usinas
- Entidades sindicais afirmam que a desestatização pode provocar novos tarifas a apagões, que já foram registrados em Estados que contam com privatização na área de energia
- Essas entidades também temem eventual impacto da privatização na mão de obra, como possíveis demissões

GZH
Leia mais sobre economia em gzh.rs/gzheconomia

Veículo: Impresso -> Jornal -> Jornal Zero Hora - Porto Alegre/RS

Seção: Política